

RUMOS DO REAL

Desindexação deve incluir fim da TR e da Ufir

CRISTIANA LOBO
e RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — A desindexação ampla da economia, que será feita pelo governo a partir de 1º de julho, prevê grandes mudanças nas regras do mercado financeiro. O governo discute o fim da Taxa Referencial de Juros (TR) e a utilização de juros prefir-

xados nos empréstimos. "A TR é candidata a ser fulminada", revelou um ministro de Estado envolvido nas discussões.

As novas regras valerão para os novos contratos. A TR continuará valendo para os contratos em vigor.

O governo poderá congelar a Ufir-



por tempo indeterminado, mas existe também uma corrente que prevê sua extinção pura e simples. A alternativa será definida pela equipe econômica nos próximos dias. A Secretaria da Receita Federal defende a manutenção da Ufir. Embora as medidas ainda não estejam definidas inteiramente, o governo já definiu que a desindexação será ampla. As medidas em estudo abrangem a nacionalização das regras do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a redução dos encargos sociais que incidem sobre a folha de salários e a proposta de mudança constitucional que cria

o Fundo de Estabilização do Real, que substituirá o Fundo Social de Emergência (FSE). Haverá medidas também que tornem mais efetiva a livre negociação salarial entre patrões e empregados.

No caso do mercado financeiro, a idéia é acabar com o uso do indexador para remunerar as aplicações e os empréstimos.

O governo quer que ocorra no mercado financeiro do Brasil o mesmo que acontece em qualquer lugar do primeiro mundo: os juros são prefixados. Ou seja, o tomador do empréstimo já sabe, no ato da assinatura de seu contrato, qual o custo financeiro que terá. Esse custo não depende do conhecimento da taxa de inflação, como acontece no Brasil.